

### Brasal Participações S.A.

CNPJ: 36.756.997/0001-51

### RELATÓRIO DA DIRETORIA

Avisos: 1) As demonstrações financeiras apresentadas são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.brasal.com.br/demonstracoes-financeiras/

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)							
	N-4-	Control		Consolid	dado		
Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	171.046	199.517	315.473	311.735		
Contas a receber Estoques	6 7	11.720	3.595	332.438 501.729	226.376 448.583		
Tributos a recuperar	,	2.102	2.004	2.920	6.869		
Outros ativos		2.654	2.625	36.954	34.092		
Total do ativo circulante		187.522	207.741	1.189.514	1.027.655		
Não circulante							
Contas a receber	6	-	-	134.427	166.421		
Estoques	7	-		224.582	102.712		
Partes relacionadas	8 8	06.400	1.386	4.497 1.409	5.460 159		
Dividendos a receber Outros ativos	8	26.492 37	14.319 15	1.409 14.074	12.604		
Investimentos	9	871.973	744.390	54.979	50.137		
Imobilizado	10	29.419	27.943	173.643	121.747		
Intangível Total do ativo não circulante		928.299	363 788.416	3.628 611.239	3.649 462.889		
Total do ativo		1 115 001	006 157	1 900 752	1 400 544		
iotai do ativo		1.115.821	996.157	1.800.753	1.490.544		
	Nota	Contro 31/12/2021	oladora 31/12/2020	Consoli 31/12/2021			
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante							
Fornecedores	11	170	556	53.065	96.741		
Empréstimos e financiamentos	12 14	419	690	116.458	8.382		
Imóveis a pagar Tributos a recolher	14	268	294	30.700 1.286	47.128 10.097		
Obrigações trabalhistas		1.720	1.549	29.881	20.541		
Partes relacionadas	8	50.285	61.520	50.285	61.520		
Dividendos a pagar	8	2.055	6.875	2.475	7.294		
Tributos diferidos	13.1	-	-	8.448	3.798		
Adiantamento de clientes	15	-	-	135.904	79.426		
Outros passivos		32	32	25.288	28.825		
Total do passivo circulante		54.949	71.516	453.790	363.752		
Não circulante							
Fornecedores	11		-	7.206	689		
Empréstimos e financiamentos	12 14	120.448	120.050	307.636 41.593	274.430		
Imóveis a pagar Tributos a recolher	14			41.593	20.251 1		
Tributos diferidos	13.1			3.836	7.188		
Obrigações trabalhistas			_	3.102	2.041		
Partes relacionadas	8	21.501	79.714	72	58.030		
Adiantamento de clientes	15	-	-	-	8.760		
Provisão para garantia de obra	16	-	-	12.722	6.687		
Provisão para passivo a descoberto		-	18		-		
Provisão para demandas judiciais <b>Total do passivo não circulante</b>	17	286 142.235	200.393	14.805 390.972	24.458 402.535		
rotal do passivo não circularite		142.200	200.000	030.372	402.000		
Patrimônio líquido							
Capital social	18	445.000	445.000	445.000	445.000		
Capital a integralizar		-	(261)		(261)		
Adiantamento para futuro	06 005		00.005				
	86.085	10.046	86.085	10.046	4.044		
Reserva legal Reserva de lucros		10.846 376.706	4.644 274.865	10.846 376.706	4.644 274.865		
neserva de lucros		918.637	724.248	918.637	724.248		
Participações de não controladores			-	37.354	9		
Total do patrimônio líquido		918.637	724.248	955.991	724.257		
. Jan do patimolilo liquido		3.0.001	, _ ++0	300.001	, _ 7.201		

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO os findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

			(valores	cxpresses em i	minares de rie	ais				
		social	Capital integralizar	Adiantamento para futuro Capital a capital	aumento de legal	Reserva lucros retidos	Reserva de acumulados	Lucros Total	Participação de não controladores	Total
	Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	331.339		54.328	2.690	294.053	-	682.410	6	682.416
	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	47.693	-	-	-	47.693	-	47.693
	Integralização de capital	113.661	-	(102.021)	-	-	-	11.640	-	11.640
-	Capital a integralizar	-	(261)	` -	-	-	-	(261)	-	(261)
	Lucro líquido do exercício	-			-	-	39.085	39.085	130	39.215
	Constituição de reserva legal	-	-	-	1.954	-	(1.954)	-	-	-
	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(3.909)	(3.909)	-	(3.909)
	Dividendos intermediários	-	-	-	-	(25.000)	-	(25.000)	(127)	(25.127)
	Dividendos intercalares e adicionais	-	-	-	-	-	(2.791)	(2.791)	-	(2.791)
	Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	(24.619)	-	(24.619)	-	(24.619)
	Constituição da reserva de lucros		-	-	-	30.431	(30.431)	-	-	
	Saldos em 31 de dezembro de 2020	445.000	(261)	-	4.644	274.865	-	724.248	9	724.257
	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	86.085	-	-	-	86.085	-	86.085
	Adição de minoritário em empresa controlada	-	-	-	-	-	-	-	18.747	18.747
	Integralização de capital	-	261	-	-	-	-	261	-	261
	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	124.043	124.043	1.919	125.962
-	Constituição de reserva legal	-	-		6.202	-	(6.202)	-	-	-
	Transação de capital (perda de participação)	-	-		-	-	-	-	16.608	16.608
	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-		-	-	-	-	71	71
•	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-		(12.404)	(12.404)	-	(12.404)
•	Dividendos intercalares e adicionais	-	-	-	-		(3.596)	(3.596)	-	(3.596)
	Constituição da reserva de lucros	•				101.841	(101.841)			
	Saldos em 31 de dezembro de 2021	445.000		86.085	10.846	376.706	-	918.637	37.354	955.991

# DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

		Co	ontroladora	C	onsolidado
	Nota	2021	2020	2021	2020
			(Não auditado)		(Não auditado)
Receita operacional líquida Custos dos imóveis, mercadorias e serviços prestados	20 21	:	:	1.318.439 (1.023.770)	945.346 (758.688)
Lucro bruto Despesas gerais e administrativas	22	(3.690)	(3.690)	294.669 (99.300)	186.658 (92.467)
Despesas comerciais Despesas com obras concluídas	23 24	100,000	- 40 410	(33.986) (12.504)	(20.763) (18.142)
Resultado da equivalência patrimonia Outras receitas (despesas) operacionais Resultado operacional antes do resultado financein	;	133.902 405 130.617	49.416 (2.466) 43.260	4.603 7.731 161.213	1.947 (227) 57.006
Receitas financeiras  Despesas financeiras	25 25	7.708	5.455 (9.630)	14.204 (23.776)	14.782 (15.653)
Resultado financeiro, líquido Lucro antes do IRPJ e CSLL		(6.574) 124.043	(4.175) 39.085	(9.572) 151.641	(871) 56.135
Imposto de renda e contribuição socia Lucro líquido do exercício	113.2	124.043	39.085	(25.679) 125.962	(16.920) 39.215
Resultado atribuível aos: Controladores Não controladores				124.043 1.919	39.085 130

# DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
		(Não auditado)		(Não auditado)	
ucro líquido do exercício	124.043	39.085	125.962	39.215	
lesultado abrangente		-			
otal do resultado abrangente	124.043	39.085	125.962	39.215	
lesultado abrangente atribuível aos: cionistas controladores	-	39.085	124.043	39.085	
cionistas não controladores	-	-	1.919	130	

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto se mencionado de outra forma)

996.157

1.800.753

1.490.544

Total do passivo e do patrimônio líquido 1.115.821

A Brasal Participações S.A. ("Companhia"), constituída em 04 de julho de 1972, é uma Companhia de capital fechado, com sede na TR SAI Trecho 2, Lote 630, na cidade de Brasilia, Distrito Federal, é uma holding do Grupo Brasal que atua nos setores:

Incorporações - atua em empresas cujo ramo de atividade é o de incorporação e construção de imóveis, por conta própria ou por meio de parcerias com terceiros, tendo sua área geográfica de atuação nos Estados de Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais. Os empreendimentos desenvolvidos são estruturados por meio de par-ticipação em Sociedades de Propósito Específicas (SPEs). Essas sociedades controladas compartilham, de

ticipação em Sociedades de Propósito Específicas (SPEs). Essas sociedades controladas compartilham, de forma significativa, as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais do segmento. 

<u>Veículos</u> - é representante das marcas Volkswagen e Ford, comercializa veículos novos, seminovos e peças, além de oferecer assistência técnica especializada no Distrito Federal.

<u>Combustíveis</u> - representa as bandeiras Shell e Petrobrás e possui filiais em pontos estratégicos do Distrito Federal.

<u>Forencia</u> - geração e o comércio atacadista de energia elétrica, o comércio atacadistas de máquinas e equipamentos de produção e armazenamento de energia elétrica, a prestação de serviços de instalação e manutenção elétrica, a prestação de serviços de engenharia bem como a realização de estudos e projetos comerciais, industriais e de serviços, e a sua implantação, a intermediação e assessoria de negócios, no país ou no exterior, importação de bens e serviços, e a participação em outras sociedades como sócia quotista ou acionista, operando como holding de instituições não financeiras.

<u>Serviços</u> - administração e locação de imóveis, corretagem de seguros bem como, hotelaria.

Todas as empresas investidas em Sociedades de Propósito Específicas (SPEs), demonstradas na Nota Explicativa nº 4, foram criadas com o objetivo de desenvolver a incorporação e construção de empreendimentos imobiliános.

A divulgação das participações societárias em cada empresa do Grupo está apresentada na

A divulgação das participações societárias em cada empresa do Grupo está apresentada na nota explicativa no. 4.

Em 2021, apesar dos impactos econômicos mundiais provocados pela pandemia da COVID 19, a Companhia iniciou o ano com boas expectativas de negócios e observou durante todo o seu decorrer resultado positivo

nas operações dos segmentos de suas controladas.

nas operações dos seginentos de suas controladas.

Pela séria atuação das áreas de segurança e medicina do trabalho, todos os cuidados como uso intensivo de máscara, álcool em gel, medições de temperatura e demais medidas preventivas foram acionadas com acompanhamento de todos os casos e todas as suspeitas.

Por esse motivo, não ocorrem fatalidades, casos graves ou casos com necessidade de afastamento médi-co, sendo as suspeitas tratadas prontamente com isolamento ou afastamento provisório até a confirmação

co, sendo as suspeitas tratadas prontamente com isolamento ou afastamento provisório até a confirmação negativa de doença.

Também não foram percebidos impactos econômicos, com equalização de resultados similares ou melhores que os anos anteriores. Mesmo com algumas incidências de redução de faturamentos/vendas, não foram percebidas alterações negativas no contexto financeiro considerando adequações realizadas para melhor equilibrio da margem unitária e redução de custo fixo. Sobre os impactos econômico-financeiros nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas, em razão da pandemia do COVID-19, a Administração avaliou os riscos e as incertezas que poderiam afetar as informações anuais apresentadas, e concluiu que, até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não há impactos materiais que possam afetar os resultados projetados, bem como não foi verificado indicativo que pudesse comprometer a continuidade dos negócios da Companhia e de suas controladas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e individuais e consolidadas As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pela Companhía e suas controladas, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações do Comité de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Dentre essas normas está incluído o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 destinado às entidades de

Dentre essas invincias esta iniciando o Cincio diricial de Vivol o Cita de Carto de Sintiado de entre incorporação imobiliária, no que diz respeito aos registros contábeis referentes ao reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída nas companhias brasileiras do setor de incorporação imobiliária, decorrentes de operações de incorporação imobiliária, durante o andamento da obra (método do percentual de execução - POC).

torar intercuto de precentada de excepción (escapulatórias destinadas às empresas controladas do segmento de Energia Elétrica , pautadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ajustado em 2021, pela Agência Energia Eletrica , pautadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ajustado em 2021, pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exercício em que promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e instituiu o citado manual, contemplando além das instruções contábeis, o roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor, sendo as normas contidas no referido Manual de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002.

ZOUZ. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e somente elas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão das operações da

Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos financeiros mensurados ao valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação destas demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também preparação desta demonstrações financeiras controlados controlados controlados controlados de controlados controlados

A preparação dos enformentações intantentais requier o dos ofectas estinitarios contades criticas e tarinoem o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas são usadas para, entre outros, para as provisões de demandas judiciais, provisão para distratos e os custos orçados para os empreendimentos do segmento de Incorporações Imbolliárias, tributos e outros encargos similares. Baseado nesse fato, os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por essas estimativas (vide detalhes na Nota 3.11).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 3 de <u>outubro de</u> 2022.

3.1. Reconhecimento da receita incorporação imobiliária e venda de imóveis. As práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de reconhecimento da receita de venda de imóveis, seguem os procedimentos e orientações estabelectas pela Comité de Pronunciamentos Contábeis (PCP), com destaque para o Oficio Circular CMV/SNC/SEP nº 2/2018, referente aos registros contábeis ao reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliárias não concluída nas companhias brasileiras do setor de incorporação imobiliárias, a serem observados na elaboração das demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
Após avaliação interna, e utilizando-se como base o referido Oficio Circular, a Companhia utilizou como política contábil o registro do momento específico do tempo (at a point in time) como a manutenção de registro da receita denominado POC (Percentage of Completion) que está afinhada ao modelo de negócio e de gestão da Companhia e plenamente integrada ao ambiente econômico e ao contexto fático e jurídico da jurisdição onde a Companhia opera.

a companina opera. Nas vendas a prazo de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efeti-vada, independentemente do prazo para líquidação financeira, pelo valor justo da contraprestação recebida

ou a receber. Nas vendas de unidades não concluídas, o resultado é apropriado da seguinte forma:

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

		Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021	2020
		(Não auditado)		(Não auditado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	124.043	39.085	151.641	56.135
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades				
geradas pelas atividades operacionais:				
Provisão para demandas judiciais	(325)		(9.653)	5.558
Provisão para distratos			3.457	29.572
Baixas de ativo imobilizado e intangível	29	592	4.420	9.990
Depreciação e amortização	655	516	7.937	7.08
Provisão para garantia de obra			6.035	937
Juros e variação monetária	5.515	4.684	18.178	7.657
Equivalência patrimonial	(133.902)	(49.416)	(4.603)	(1.947
	(3.985)	(4.539)	177.413	114.983
Variações nos ativos e passivos:				
Decréscimo/(acréscimo) em ativos:				
Contas a receber	(8.125)	(1.968)	(77.525)	(80.403
Estoques	•		(175.016)	(13.321
Tributos Diferidos			1.298	
Tributos a recuperar	(98)	(169)	3.949	4
Outros ativos	(7)	141	(38)	13.92
Decréscimo)/acréscimo em passivos:			. ,	
Fornecedores	(386)	195	(32.245)	1.20
Obrigações trabalhistas	(4.649)	164	5.582	11.19
Tributos a recolher	(26)	112	(34.491)	(13.865
Outros passivos		1.676	(3.537)	(14.371
Adiantamento de clientes			47.718	17.79
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(17.276)	(4.388)	(86.892)	37.17
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:	(	()	(/	
Redução (aporte) de capital em investimentos	(13.154)	(28.875)	15.019	(6.942
Distribuição de lucros em investimentos	13.974	25.983	43	1.68
Ágio na aquisição de investimento				(10.481
Adiantamento para futuro aumento de capital em investimentos	(6.736)	2.722	(915)	(4.068
Caixa e Equivalência de caixa adquirido em ganho de controle			516	(
Aguisição de ativo imobilizado e intangível	(2.175)	(4.758)	(46.080)	(48.531
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(8.091)	(4.928)	(31.417)	(68.340
Captação de empréstimos e financiamentos	537	120.000	335.380	274.990
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(5.925)	(4.653)	(212.277)	(68.693
Partes relacionadas	(68.062)	(41.871)	(71.473)	(45.795
Adiantamento para futuro aumento de capital	86.085	47.693	86.156	47.690
Integralização de capital	261	11.379	261	11.379
Distribuição de lucros	(16.000)	(25.607)	(16.000)	(25.316
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas)	(10.000)	(20.007)	(10.000)	(20.010
nas atividades de financiamento	(3.104)	106.941	122.047	194.258
Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(28.471)	97.625	3.738	163.096
Caixa e equivalentes de caixa:	(20.771)	07.020	0.730	100.000
No início do exercício	199,517	101.892	311.735	148.639
No final do exercício	171.046	199.517	315.473	311.735

- As receitas de vendas, os custos de terrenos e construção e as comissões de vendas são apropriados ao resultado utilizando o método do percentual de conclusão de cada empreendimento e a fração ideal do terreno de cada unidade, sendo esses percentuais mensurados em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado e o m² da unidade em relação ao m² total do empreendimento, respectivamente.
  Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia de acordo com o método contábil utilizado. O efeito de tais revisões afeta o resultado prospectivamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificações de Erros.
  A difference acrite o valor da receita de venda incluindo a atualização monetária contratual e o valor das diference acrite o valor da receita de venda incluindo a atualização monetária contratual e o valor das

A diferenca entre o valor da receita de venda, incluindo a atualização monetária contratual, e o valor das rcelas já recebidas é contabilizada como contas a receber, quando for positiva, ou como adiantamentos de clientes, quando for negativa.

O tratamento contábil adotado pela Companhia e suas controladas para os distratos de vendas é o estomo do saldo devedor do cliente, deduzindo as receitas registradas na demonstração do resultado do período na rubrica de receitas, e em contrapartida é estornado também o custo desta unidade contra o estoque da Companhia.

Demisis empresas
As demais controladas da Companhia efetuam o reconhecimento da receita representando a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual valor
espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Especificamente, a Companhia aplica o modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita, requerido pela norma:

Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.

Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.

Determinar o preço da transação.

Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.

Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de
desempenho.

 desempenho.
 As demais controladas da Companhia reconhecem a receita quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é transferido ao cliente

As demais controladas da Companhia reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber

### momento em que os produtos são entregues aos clientes 3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignifi-cante de mudança de seu valor, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e

### não para investimentos em outros fins. 3.3. Contas a receber

Incorporações imobiliárias São aprocentado <u>Incopriações informatias</u>

São apresentadas aos valores presentes e de realização, reconhecidos de acordo com o critério descrito na Nota Explicativa nº 3.1. Em função dos créditos perante os clientes possuírem garantia real do próprio imóvel não é constituída provisão para perdas de crédito esperadas, considerando o risco de



### Brasal Participações S.A.

CNPJ: 36.756.997/0001-51

perda como insignificante. Houve provisões de distratos, onde foram considerados, os clientes com parce-las inadimplentes, nos empreendimentos. No cálculo, foram abatidos os custos com impostos e taxas de administração.

<u>Demais empresas</u>

Para as demais empresas controladas, são apresentadas igualmente, aos valores presentes e de realização, de acordo com o regime de competência, sendo constituída provisão para perdas de crédito esperada, de acordo com análise do prazo de vencimento e inadimplência.

de acordo com ariantes do prazo de vericimento e inadiriplenica.

3.4. Imóveis a comercializar - Segmento de Incorporações Imobiliárias

São avaliados ao custo de construção ou aquisição, ou valor de mercado, dos dois o menor e estão compostos por terrenos, imóveis em construção e imóveis concluídos. O custo dos imóveis é formado por gastos com: aquisição de terrenos (numerário ou permuta física avaliadas ao valor justo), materiais, mão de obra aplicada (própria ou contratada de terceiros) e despesas com incorporação e encargos financeiros decorrentes dos empréstimos e financiamentos durante o período de desenvolvimento e construção dos empreendimentos imobiliários.

No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades

ainda não comercializadas. Os imóveis a comercializar são revisados para avaliar a recuperação do valor contábil, quando eventos ou

mudanças nos cenários macroeconômicos indicarem que o valor contábil não será recuperável. Se o valor contábil de um empreendimento imobiliário não for recuperável, comparado com o seu valor realizável por meio dos fluxos de caixa esperados, uma provisão é contabilizada.

3.5. Investimentos

Em controladas ou com acordo de participação
De acordo com o CPC 36 (R3), existe somente uma base de consolidação, o controle. Consequentemente, o CPC 36 (R3) inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Nas entidades em que a Companhia precisa obter consenso com os outros acionistas ou quotistas sobre as

atividades relevantes que afetam os retornos variáveis de uma entidade, a Companhia possui um acordo de participação com outros empreendedores, formando uma "Joint Venture" (controle compartilhado).

### Participações em entidades controladas

Os investimentos em sociedades controladas são registrados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, conforme CPC 18 (R2). De acordo com esse método, a participação da Companhia, no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, em decorrência da apu-ração de lucro líquido ou prejuízo no exercício, é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. As movimentações em reservas de capital, ou em outros itens integrantes do patrimônio líquido são reconheci-

dos de forma reflexa, no patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia e suas controladas availam periodicamente o valor recuperável de seus investimentos, quando existem indicios que o valor registrado possa não ser recuperado através das operações da Companhia.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas com práticas consistentes e para o mesmo período de divulgação da Companhia.

Acordos de participação

De acordo com o CPC 19 (R2), os acordos de participação são as obrigações das partes. Resumidamente, a classificação depende se o investidor tem direitos e deveres sobre o patrimônio líquido da Companhia ou se o investidor tem direitos e deveres relacionados a ativos e passivos específicos da Entidade. Consequentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as joint ventures são contabilizadora pola métido de conjunidação a patripació di tabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

### 3.6. Fornecedores

3.0. Profecedores pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Em relação específicamente ao segmento de Incorporações imobiliárias, as contas a pagar por aquisição de imóveis são relacionadas a aquisição de terrenos para o desenvolvimento de projetos do segmento. Contas a pagar aos fornecedores e credores por aquisição de imóveis são classificadas como passivos de indiveis pagar aos fornecedores e credores por aquisição de imóveis são classificadas como passivos de forneces pagar aos fornecedores por aquisição de imóveis são classificadas como passivos de forneces pagar aos forneces pagar aos pagar circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano; caso contrário são apresentadas como

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amorti-zado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura/contrato correspondente acrescidas dos encargos financeiros incorridos e das respectivas baixas pela liquidação das obrigações. **3.7. Imobilizado** 

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. A recu

fiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. A recuperação dos ativos imobilizados por meio das operações futuras, bem como as vidas úteis e o seu valor residual são acompanhados periodicamente e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

3.8. Adiantamento de clientes - Incorporações Imobiliárias
Nas obrigações relacionadas com as operações de permutas de terrenos, tendo por objeto a entrega de apartamentos a construir, o valor do terreno adquirido pela Companhia do segmento é apurado com base no valor justo das unidades imobilárias a serem entregues. O valor justo do terreno é registrado como um componente do estoque de terrenos de imvievies a comercializar, em contrapartida a adiantamento de clientes no passivo, no momento da assinatura do instrumento particular ou contrato relacionado à referida transação. As receitas e os custos decorrentes de operações de permutas são apropriados ao resultado ao longo do periodo de construção dos empreendimentos pelos critérios descritor an Nota Explicativa nº 3.1. Os recebimentos por vendas de imóveis, superiores ao reconhecimento das receitas conforme prática contabil descrita na Nota Explicativa nº 3.1, são controlados no passivo na conta "Adiantamentos de clientes".

3.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

### 3.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidála. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos

3.10. Despesas comerciais
As despesas com propaganda, marketing, promoção de vendas e outras atividades correlatas são reconhecidas ao resultado, na rubrica de "Despesas comerciais" (com vendas) quando efetivamente incorridas, respeitando-se o regime de competência contábil dos exercícios, de acordo com o respectivo período de veiculação.

Em relação ao segmento de Incorporações, os gastos incorridos e diretamente relacionados à construção de estande de vendas e de apartamento-modelo, bem como aqueles relativos à aquisição das mobílias e decoração do estande de vendas e do apartamento-modelo de cada empreendimento imobiliário são

registrados em rubrica de "Ativo imobilizado", desde que o prazo esperado para a sua utilização e geração de benefícios ultrapasse o período de 12 meses, e são depreciados de acordo com o respectivo prazo de vida útil estimado desses itens. A despesa de depreciação desses ativos é reconhecida na rubrica de "Despesas comerciais" (com vendas) e não causa impacto na determinação do percentual de evolução financeira dos empreendimentos imobiliários.

As comissões sobre vendas das unidades imobiliárias quando arcadas pela entidade de incompração imo biliária são registradas como pagamentos antecipados, os quais são apropriados ao resultado na rubrica de "Despesas comerciais" (com vendas), observando- -se os mesmos critérios de apropriação do resultado de incorporação e venda de imóveis, descritos na Nota 3.1.

3.11. Despesas com vendas a apropriar - Incorporações Imobiliárias

As despesas com vendas a apropriar - Incorporações Imobiliárias

As despesas com vendas a apropriar são representadas principalmente por despesas com comissões sobre as vendas realizadas, sendo apropriadas ao resultado, observando-se o mesmo critério adotado para reconhecimento das receitas e custos das unidades vendidas (Nota 3.1).

3.12. Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos quando aplicável, dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo método do custo amortizado. 3.13. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A Companhia optou pelo regime de lucro real e suas controladas optaram pelo regime de lucro presumido

e lucro real.

Além da opção pelo regime de lucro presumido, as controladas do segmento de Incorporações Imobiliárias também optaram pelo RET - Regime Especial de Tributação, em que as receitas oriundas exclusivamente das atividades que envolvem negociação de unidades imobiliárias são submetidas à alíquota única de 4%. As demais receitas são oferecidas à tributação com base no lucro presumido, quando aplicável.

As demáis recenias a a frita ca contábil difere da prática fiscal, é calculado um passivo ou ativo de impostos e contribuições sociais federais diferidos para refletir quaisquer diferenças temporárias, comentado na Nota Explicativa nº 12.

3.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas Apreparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de

aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos,

passivos e outras operações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas referentes a passivos e doutas operações. As elem histarques inal teclas inducent, potratin, valase sem anuaixa referencia provisões necessárias para passivos contingências, provisão para distratos, determinação de provisões para tributos, custos orçados e andamento de obras, apropriação de despesas com vendas, e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A Administração monitora e revisa estas estimativas e suas premissas em bases anuais.

3.14.1. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contâbil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos

ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.14.2. Provisões para demandas judiciais
Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é

provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevânda no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, contra de la capacida clusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou

oesases de intolimento.

3.14.3. Provisões para garantia de obra - Incorporações Imobiliárias

As provisões para o custo esperado com a manutenção de imóveis são reconhecidas ao resultado no mesmo critério de apropriação de receita de incorporação imobiliária, descrito no item "3.1" acima, a partir da data da venda das respectivas unidades imobiliárias, com base na melhor estimativa da Administração em ão aos gastos necessários para liquidar a obrigação da Companhia.

### 3.15. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros men-surados pelo custo amortizado e valor justo por meio do resultado, e os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Ativos financeiros

Exceto para o saldo de contas a receber, um ativo financeiro é avaliado a cada data de reporte para deter minar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como o resultado de um ou mais even-tos que tenham ocorrido apos o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Passivos financeiros.
A Companhia não designou passivos financeiros como valor justo por meio do resultado, permanecendo

todos classificados como custo amortizado.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado

Em relação aos juros transcorridos dos empréstimos e financiamentos, relativos ao segmento de Incorporações Imobiliárias, diretamente relacionados a fase de construção, foram capitalizados ao ativo na rubrica de estoques e passam a ser contabilizados na conta de resultado como despesas financeiras após a conclusão do empreendimento.

### 3.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos - Incorporações Imobiliárias

Os ativos e passivos monetários, decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo quando hou-

ver efeito relevante, são ajustados a valor presente. Entidades de incorporação imobiliária, nas vendas a prazo de unidades não concluídas, apresentam recebiveis com atualização monetária, inclusive parcela das chaves, sem juros, os quais devem ser descontados a valor presente, uma vez que os índices de atualização monetária inclusive parcela das chaves, sem juros, os quais devem ser descontados a valor presente, uma vez que os índices de atualização monetária contratados não incluem o componente de juros. O registro e a reversão do ajuste a valor presente são realizados tendo como contrapartida o próprio grupo de receitas de incorporação imobiliária.

Para outros ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente o registro e a reversão são alocados nas

linhas de receita e despesa financeira

A taxa de desconto utilizada pela Companhia possui como fundamento e premissa a taxa de desconto da tabela de vendas das unidades

### 3.17. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### 3.18. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A cada data de apresentação das demonstrações financeiras à Administração da Companhia apura se há indicação de perda no seu valor recuperável nos valores contábeis dos ativos não financeiros (imobilizado e investimentos, incluindo os ágios). Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado Os fatores considerados pela Companhia e suas controladas incluem resultados operacionais de curto

prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Os valores recuperáveis de ágio são avaliados anualmente, independentemente da existência de indi-

cadores de perda em seus valores recuperáveis. Nenhuma evidência de perda por não recuperabilidade foi identificada nos ativos não financeiros.

### 3.19. Novos pronunciamentos contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos a seguir, emitidos pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de  $1^\circ$  de janeiro de 2021.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são dire tamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente iden tificavel quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

  Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em

Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a

modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer

essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício con cedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do

Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende

usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis

### 4. Eventos subsequentes

### 4.1. Debêntures - Brasal Energia

A controla Brasal Energia S.A emitiu debêntures simples no início do 1º trimestre de 2022, mediante oferta pública com esforços restritos (Instrução CVM 476/2009), no valor total de R\$110.000. As Debêntures serão administradas e operacionalizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3") e terá como agente de liquidação a empresa Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro.

As Debêntures terão prazo de vencimento de 10 anos contados da data de emissão e as remunerações serão sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI -Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 duzentos e cinquenta e dois) días úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Taxa DI"), acrescida de spread (sobretaxa) de 2,40% ao ano, base 252 dias úteis

Em sociedade com a Light e Cemig (grupos econômicos), a controlada Brasal Energia S.A adquiriu, no início de 2022, quotas de participação societária na condição de controladora das Usinas PCH Dores de Guanhães S.A, PCH Senhora do Porto S.A, PCH Jacaré S.A e PCH Fotuna II S.A que compõe a Guanhães Energia S.A. e PCH Paracambi denominada Lightger.

As PCHs já se encontram em fase operacional, com potência instalada de 44 MW e 25MW, Guanhães e Lightger S.A, respectivamente, com contratos negociados no mercado regulado de energia até 2032. A Brasal Energia S.A adquiriu o controle societário das empresas, correspondente a 51% de participação no

capital social, no valor total de R\$206.400, sendo 49% das ações remanescentes geridas pela Cemig Geração e Transmissão S.A.

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Acionistas e aos Administradores da Brasal Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasal Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na secão a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimo nial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempen ho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, conforme Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/18.

Limitação de auditoria às rubricas de investimento e imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, a Companhia possui participação societária de 100% na controlada Brasal Energia S.A., que por sua vez possui 60% de participação na controlada Verde 2 Energética S.A., cujo ativo imobilizado, em 31 de dezembro de 2021, possui o montante R\$18.720 mil pendente de conciliação e de levantamento documental, até a data de conclusão dos trabalhos de auditoria. Consequentemente, não foi possível obter evidência apropriada e suficiente de audito ria dos montantes de R\$11.232 mil na rubrica de investimentos nas demonstrações financeiras individuais e de R\$18.720 mil na rubrica do ativo imobilizado nas demonstrações financeiras consoli dadas em 31 de dezembro de 2021 e determinar se havia necessidade de aiustes em relação à posição patrimonial individual e consolidada da Companhia e dessas controladas nessa data ou no resultado individual e consolidado de suas operações no exercício findo nessa data

### Ausência de retificação de erro nos valores correspondentes

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 9.2 e 18.4 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no exercício de 2020, a Companhia e suas controladas registraram ajustes contábeis decorrentes de retificação de erros imputáveis a exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subse quentes diretamente na rubrica de lucros acumulados no patrimônio líquido no montante a débito de R\$24.619 mil, sem a correspondente reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercício anteriores, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erros. Assim, não nos foi possível determinar se teria havido a necessidade de aiustes em relação aos resultados individuais e consolidados das operações e dos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo em 31

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras e individuais do exercício corrente também possui modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### Conforme descrito nas notas explicativas nºs 2 e 3.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades de incorporação imobiliária no Brasil, conforme Oficio Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/18. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia e suas controladas, para

o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluí da, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no Ofício circular/CVM/SNC/SEP nº 02/18, sobre a apli cação da NBC TG 47 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e cons A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Br às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, conforme Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/18, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro

. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é respon sável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto estão livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

■ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individ uais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, con-

luio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

 Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade opera-cional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas não mais se manter em continuidade operacional.

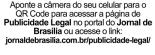
■ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos

Brasília, 03 de outubro de 2022.

ERNST & YOUNG Auditores Independent CRC-2SP015199/O-6 Alexandre Dias Fernandes Contador CRC DF-012460/O-2

ão acima foi devidavente publicada e certificada em 15/12/2022





Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP Nº 2.200-2 de 24/08/2001 A conferida ao lado